

**Social S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de
2019.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º SEMESTRE DE 2019

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Senhores acionistas, investidores e colaboradores apresentamos os principais pontos de nossa atuação no 2º semestre do exercício 2019:

- 1- No exercício 2019 os serviços de bancarização e emissão de dívida (BaaS) cresceram 4 vezes em volume de operações originadas em comparação a igual período do ano passado, totalizando a marca de R\$ 4,7 bilhões de Reais em créditos negociados. A Socinal obteve R\$ 23,2 milhões de Reais em receita bruta de serviços e cresceu 103,79% nesta linha em relação a igual período do ano passado, o que demonstra um desempenho notável na evolução deste modelo de negócios no mercado financeiro nacional e o avanço crescente das plataformas de crédito e dos fidc's no mercado de crédito brasileiro.
- 2- A carteira de crédito total teve aumento de 3,47 % no ano atingindo o volume de R\$ 133,5 milhões de Reais ao final do exercício e está segmentada em linhas de capital de giro, desconto e direitos creditórios com volume total de R\$ 47,08 milhões de Reais e empréstimo pessoal para aquisição de lotes e casas em parceria com empresas incorporadoras e de empreendimentos imobiliários com crescimento de 25,71% e volume total em carteira de R\$ 35,6 milhões de Reais. A carteira de capital de giro não é mais foco de atuação e a linha está em auto liquidação refletindo uma redução na concentração de créditos para pessoa jurídica. Neste 2º semestre a Socinal tem feito aquisição de direitos creditórios de vendas parceladas das próprias incorporadoras da região de forma atender uma demanda por funding e usando a securitização dos direitos de recebimento das parcelas originadas em vendas próprias das carteiras das incorporadoras, estes ativos comprados atingiram o volume de R\$ 22,9 milhões de Reais em 31/12/2019. A Socinal mantém sua estratégia de mudar de foco de atuação saindo gradualmente de uma carteira de crédito concentrada em pequenas e médias empresas e se voltando para operações no segmento de crédito pessoal ou compra de direitos creditórios com garantias fungíveis das próprias administradoras e incorporadoras imobiliárias ligadas a projetos aprovados e em fase de execução.
- 3- A captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários apresentou considerável crescimento chegando ao valor total de R\$ 145,7 milhões de Reais e crescimento de 5,76 % no ano em relação a igual período do exercício anterior. O ano foi muito bom para captação, principalmente pela necessidade de diversificação de riscos e a procura por ativos de maior rentabilidade que as pagas pelos grandes bancos. Há de se somar a isso a queda dos juros, a grande liquidez dos mercados e o desenvolvimento de uma indústria de distribuição por meio de grandes plataformas abertas formadas por corretoras e distribuidoras que levaram os nossos papéis ao maior número de investidores individuais, permitindo uma pulverização, antes, impossível de alcançar.
- 4- Neste semestre a Socinal encerrou o período com um retorno operacional bruto, já incluído as provisões, de R\$ 6,26 milhões de Reais e um lucro líquido de R\$ 3,1 milhões de Reais após impostos.

Reforçamos nosso compromisso com o planejamento estratégico definido pela alta administração visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa, desta forma esta administração vem dando ênfase às operações de serviços (BaaS) e a constituição de uma carteira de crédito mais pulverizada com foco em crédito pessoal voltada para compra

de imóveis e compra de direitos creditórios oriundos de venda parcelada direto na incorporadora.

2. Panorama Econômico e segmentação

Neste primeiro ano do novo governo já é possível observar uma sensível melhora dos indicadores macroeconômicos do Brasil, a reforma da previdenciária, mesmo que parcial, foi aprovada e foram tomadas medidas de contenção de gastos pelo Estado. O novo governo brasileiro e sua equipe econômica apresentaram ao país uma agenda liberal e reformista em que procura sanar os problemas do déficit fiscal com cortes de custeio e prioridade na estabilidade econômica e cumprimento das metas de inflação em 3,5%. Foram vários os cortes na taxa básica de juros e a selic fechou em 4,25% no menor patamar da história, e o cenário para a estabilidade da inflação permanece positivo e pouco pressionada em um cenário de alto desemprego e manutenção do elevado hiato de oferta e demanda que, em última estância, mantém uma expectativa de crescimento econômico ainda positivo mas muito abaixo para o tamanho do PIB do país.

O cenário microeconômico, como previsto, é de leve recuperação da atividade econômica em alguns setores e isso vem ajudando a expansão ainda tímida do crédito em todo país. A indústria financeira aposta na renovação e na tecnologia para oferta novos produtos financeiros a milhões de pessoas não bancarizadas ou com pouco acesso as linhas de crédito nos bancos. As condições legais e mercadológicas têm favorecido o surgimento e o crescimento destas *fintechs* de crédito, de meios de pagamento e de seguro em um mercado cada vez mais competitivo. A Socinal tem se posicionado como um *player* de serviços visando atender a formalização dos créditos destes agentes ofertantes e suas estruturas de investimento mais flexíveis e disruptivas em contraponto ao sistema tradicional de intermediação bancária.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria da Socinal atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores (web) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Neste 2º semestre tivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação e apesar de atendermos um amplo leque de plataformas de correspondentes bancários - *fintechs* de crédito massificados para pessoa física, créditos a empresas e consignado, não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda. A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal de inconformidade a Alta Administração como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. Somos classificados como de segmento S5 pelo Banco Central do Brasil e neste porte usamos a gestão integrada de risco em modelo simplificado. O Comitê de Controles Internos avaliou neste semestre os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional e fez periodicamente os controles eletrônicos e de processos em todas as áreas operacionais da empresa, apontando as não conformidades e apresentando a diretoria os resultados para tomada de decisões corretivas. A área de compliance reforçou os controles de prevenção a lavagem de dinheiro e de combate ao financiamento ao terrorismo com ações voltadas para a auditoria de cadastro com atualizações periódicas e controle sobre movimentação acima do padrão.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, do risco de liquidez, do risco de mercado e a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais

indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como a avaliação e monitoramento do risco socioambiental atrelado ao destino dos recursos disponibilizados em suas operações de crédito, no relacionamento comercial com fornecedores e na gestão de sua equipe de colaboradores internos.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco que visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 02 de março de 2020.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Notas explicativas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Disponibilidades	3	2.726	7.310
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	12.450	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.450	-
Operações de Créditos		53.923	71.812
Setor Privado	5	55.873	75.465
(-) Prov. paracréd. de liq. duvidosa		(1.950)	(3.653)
Outros Créditos	6	11.031	5.853
Diversos		11.031	5.853
Outros Valores e Bens		4.964	7.250
Bens não de Uso	7	4.964	7.249
Despesas Antecipadas		-	1
Total do ativo circulante		85.094	92.225
Não circulante			
Operações de Créditos		79.581	57.209
Setor Privado	5	82.458	60.119
(-) Prov. paracréd. de liq. duvidosa		(2.878)	(2.910)
		79.580	57.209
Imobilizado Líquido	8	2.958	3.092
Total do ativo não circulante		82.538	60.301
Total do Ativo		167.632	152.526

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Depósitos	9.1	10.112	14.746
Depósitos a Prazo		10.112	14.746
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	4.740	10.746
Recursos e Aceites Cambiais		4.740	10.746
Outras Obrigações	9.3	6.157	3.457
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		1.089	273
Sociais e Estatutárias		615	-
Fiscais e Previdenciárias		3.721	1.623
Diversas		732	1.561
Total do passivo circulante		21.009	28.949
Não circulante			
Depósitos	9.1	51.613	59.817
Depósitos a Prazo		51.613	59.817
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	79.203	52.423
Recursos e Aceites Cambiais		79.203	52.423
Total do passivo não circulante		130.816	112.240
Patrimônio Líquido			
Capital social		14.021	12.000
Aumento de Capital		2.021	-
(-) Capital a Realizar		(2.021)	-
Reserva de Lucros		1.786	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	(663)
Total do patrimônio líquido	11	15.807	11.337
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		167.632	152.526

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

	Notas explicativas	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		14.572	28.479	26.098
Operações de Créditos		14.407	28.217	25.847
Resultado de Oper. c/Títulos e Valores Mobiliários		165	262	251
Despesas da Intermediação Financeira		(12.136)	(24.675)	(23.123)
Operações de Captação no Mercado		(11.569)	(22.428)	(17.276)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(567)	(2.247)	(5.847)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		2.436	3.804	2.975
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(1.396)	2.425	125
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	9.930	23.204	11.386
Despesas de Pessoal		(1.016)	(1.968)	(1.629)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(2.671)	(5.380)	(3.246)
Despesas Tributárias		(1.093)	(2.525)	(1.548)
Outras Receitas Operacionais		58	92	120
Outras Despesas Operacionais	13	(6.604)	(10.998)	(4.958)
Resultado Operacional		1.040	6.229	3.100
Resultado Não Operacional		34	34	-
Resultado Antes da Trib. s/Lucro e Particip.		1.074	6.263	3.100
Imposto de Renda e Contribuição Social		(355)	(3.091)	(3.265)
Provisão para Imposto de Renda	10	(218)	(1.923)	(1.803)
Provisão para Contribuição Social	10	(137)	(1.168)	(1.462)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício		719	3.172	(165)
Quantidade de ações		9.500	9.500	9.500
Resultado por ação		0,076	0,334	(0,017)

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.000	-	-	-	-	(498)	11.502
Prejuízo líquido do exercício						(165)	(165)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.000	-	-	-	-	(663)	11.337
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.172	3.172
Subscrição para aumento de capital	-	4.042	(4.042)	-	-	-	-
Integralização de capital em espécie	2.021	(2.021)	2.021	-	-	-	2.021
Destinações do lucro:							
Reservas legal	-	-	-	122	-	(122)	-
Reserva especial de lucro	-	-	-	-	2.387	(2.387)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(723)	-	(723)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.021	2.021	(2.021)	122	1.664	-	15.807
Saldo em 30 de junho de 2019	12.000	4.042	(4.042)	122	1.668	-	13.790
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	719	719
Integralização de capital em espécie	2.021	(2.021)	2.021	-	-	-	2.021
Destinações do lucro:							
Reserva especial de lucro	-	-	-	-	719	(719)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(723)	-	(723)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.021	2.021	(2.021)	122	1.664	-	15.807

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício	719	3.173	(165)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e Amortizações	76	152	149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110)	(1.735)	899
Lucro (Prejuízo) líquido ajustado	685	1.590	883
Variações nas contas do Ativo e do Passivo			
(Aumento)/Redução de Operações de Crédito	6.933	(2.745)	(28.616)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(4.003)	(5.178)	1.587
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	2.287	2.287	(5.694)
Aumento/(Redução) em Depósitos a prazo	(16.003)	(12.839)	24.106
Aumento/(Redução) de Rec.Aceites e Emissões de Títulos	13.939	20.773	11.222
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(186)	2.699	(1.521)
	2.967	4.997	1.084
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.652	6.587	1.967
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5)	(18)	(6)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(5)	(18)	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de Capital	2.021	2.021	-
Juros sobre o Capital Próprio	(723)	(723)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.298	1.298	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.945	7.867	1.961
Demonstração da variação nas disponibilidades			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/Ano	10.231	7.309	5.348
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/Ano	15.176	15.176	7.309
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.945	7.867	1.961

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas formalizando-ospor meio de CCB´s– cédulas de crédito bancária originados fora do meio bancário tradicional. Nas carteiras proprietárias dois segmentos se destacam: (i) os das operações ativas vinculadas a investimentos, amparadas pela resolução nº 2.921 de 2002 e realizadas em parceria com *fintechs* no modelo de *peer-to-peer lending* para segmento de crédito a pequenas e médias empresas; e (ii) Os empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas em parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários da região. A Socinal vem priorizando este último modelo por ter a garantia contratual de revenda do bem, objeto da operação, pela incorporadora, em caso de inadimplência do mutuário, e a respectiva quitação do saldo devedor do crédito. A captação de recursos para o fomento da carteira de crédito próprio, são feitos por meio da emissão de Recibos de Depósito Bancário ou por Letra de câmbio aos investidores se utilizando a estrutura própria, sites especializados ou terceirizada em corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investidores institucionais.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2019, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo com as instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Financeira em 02/03/2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "*pro rata die*" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. Nota (4)

(d) Operações de Crédito

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal - Consignado em Folha e Crédito Pessoal– 25,71%, Capital de Giro, Desconto de Títulos e Cessão de Direitos Creditórios–34,04%, Empréstimo na modalidade de Operações Ativas Vinculadas – 39,50% e Empréstimos Pessoais, para aquisição de imóveis –0,75%. Desse total, 3,49% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais; as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. (Nota 5).

(e) Outros Créditos

Valores correspondentes ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – países impostos e contribuições a compensar. (Nota 6)

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos à realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. (Nota 7)

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. (Nota 8)

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações.(Nota 9)

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 2º semestre de 2019 e no 2º semestre de 2018 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil no exercício, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15% em 2019 e (20% em 2018), conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<u>Tributos</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15% ¹
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A Lei nº 12.973 de 13/05/2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a Sociedade pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A Sociedade não prevê impactos significativos dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). (Nota 10)

¹ Alíquota de CSLL majorada de 15% para 20% no período compreendido entre as datas de 01/09/2015 a 31/12/2018, pela Lei 13.169/2015 alterando o artigo 3º da Lei 7.869/1988.

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponibilidades	2.726	7.310
Disponibilidade em moeda nacional	2.726	7.310

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrada como segue:

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31/12/2019	31/12/2018
Banco Daycoval	1.500	-
Banco Bradesco	3.950	-
Banco ABC	3.500	-
Banco Santander	3.500	-
Total	12.450	-

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

A VENCER								Dez-2019	Dez-2018
ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	1.376	19.069	38.165	30.094	13.432	31.399	4.796	138.331	135.584
INDUSTRIA		37	33					70	164
COMÉRCIO	219	292	624	841	555	1.396		3.927	10.154
OUTROS SERVICOS	147	710	1.542	2.917	2.193	4.532	346	12.387	14.466
PESSOA FÍSICA	1.010	18.030	35.966	26.336	10.684	25.471	4.450	121.947	110.800
TOTAL	1.376	19.069	38.165	30.094	13.432	31.399	4.796	138.331	135.584
Ativo Circulante								55.873	75.465
Ativo Não Circulante								82.458	60.119

POR TIPO DE PESSOA

A VENCER								Dez-2019	Dez-2018
TIPO DE PESSOA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	366	1.039	2.199	3.758	2.748	5.928	346	16.384	24.784
PF	1.010	18.030	35.966	26.336	10.684	25.471	4.450	121.947	110.800
TOTAL	1.376	19.069	38.165	30.094	13.432	31.399	4.796	138.331	135.584

POR REGIAO

REGIAO	Dez-2019	Dez-2018
NORTE	-	
NORDESTE	-	
CENTRO-OESTE	-	
SUL	-	
SUDESTE	138.331	135.584
TOTAL	138.331	135.584

POR PRODUTO

CARTEIRAS	Dez-2019	Dez-2018
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	35.569	31.371
EMPRESTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	54.644	70.556
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	1.037	839
CAP. DE GIRO/TÍT. DESCONTADOS/DIR. CREDITÓRIO	47.081	32.818
TOTAL	138.331	135.584

Saldo da carteira	dez/19	% Concentração	Provisão	% Provisão
Ops Ativas Vinculadas	54.644	39,50%	333	0,61%
Total da Carteira	138.331		4.827	3,49%
Ticket Médio da carteira - 2019/06	Nº operações	Ticket Médio	Prz Originação	% Duration
Ops Ativas Vinculadas	990	55	24 meses	7 meses
Total da Carteira	2.430	57	180 meses	40 meses

RISCO	PROVISÃO	Dez-2019		Dez-2018	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	101.090	505	112.245	561
B	1,00%	16.008	160	9.802	98
C	3,00%	11.302	339	4.603	138
D	10,00%	2.979	298	2.016	202
E	30,00%	3.022	907	990	297
F	50,00%	1.985	993	880	440
G	70,00%	1.065	746	741	519
H	100,00%	880	880	4.307	4.307
TOTAL		138.331	4.828	135.584	6.562
Ativo Circulante		55.873	1.950	75.465	3.652
Ativo Não Circulante		82.458	2.878	60.119	2.910

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 2º SEM 2018	10.826
BAIXAS PARA PREJUÍZO	4.149
RENEGOCIADAS	-
RECUPERADAS	454
SALDO FIM 2º SEM 2019	14.521

2019/12	VOLUME DA CARTEIRA	DURATION CARTEIRA	QUANT. OPERAÇÕES	TICKET MÉDIO	CONCENTRAÇÃO
Crédito consignado	2.309	17 Meses	289	8	1,67%
Capital de Giro	23.627	75 Meses	38	622	17,11%
Créd. Imobiliário	1.037	61 Meses	8	130	0,75%
Créd. Pessoal	33.261	69 Meses	679	49	24,08%
Títulos Descontos vencidos	121	0 Meses	78	2	0,09%
Op. Ativas Vinculadas	54.644	7 Meses	990	55	39,57%
Empres. Rapido	222	3 Meses	7	32	0,16%
Direitos Creditórios	22.878	91 Meses	255	88	16,57%
Total Empréstimos	138.099	48 Meses	2.344	59	
Desconto de títulos	232	4 Meses	86	3	0,17%
Total Carteira	138.331	40 Meses	2.430	57	100%

A Vencer....	Slid Carteira Empréstimo	Participação	A Vencer....	Slid Desconto Títulos	Participação
de 0 a 90 dias	17.978	6,30%	de 0 a 90 dias	168,00	72,30%
de 91 a 180 dias	14.788	5,93%	de 91 a 180 dias	35,00	14,99%
de 181 a 360 dias	23.100	10,03%	de 181 a 360 dias	29,00	12,71%
mais de 360 dias	80.364	75,74%	mais de 360 dias	-	0,00%
Saldo Vencido	1.869	2,00%	Saldo Vencido	-	0,00%
Total	138.099		Total	232	

6- Outros Créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	411	423
² Adiantamento a Fornecedores	-	114
³ Impostos e Contribuições a Compensar	3.028	-
⁴ Devedores diversos – País	172	396
⁵ Títulos e Créditos a receber	7.420	4.920
Total	11.031	5.853

¹ Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Adiantamento realizado a fornecedores de serviços para infraestrutura da sede, o qual será dado quitação na conclusão do serviço contratado.

³ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁴ Representado por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁵Saldo transferido da conta Bens não de Uso recebido, conforme orientação do Bacen.

7- Bens não de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro 2019, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018
Imóveis	4.964	7.249

Corresponde a bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

8- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018
Edificações	3.154	3.164
Móveis e equipamentos de uso	197	180
Sistema de processamento de dados	227	227
(-) Depreciação acumulada	(620)	(479)
Total	2.958	3.092

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	31/12/2019	31/12/2018
RDB - Recibo de Depósito Bancário	61.725	74.563
Total	61.725	74.563
Passivo circulante	10.112	14.746
Passivo não circulante	51.613	59.817
Total	61.725	74.563

9.2 Letras de Câmbio

	31/12/2019	31/12/2018
LC - Recurso de Aceite Cambial	83.943	63.269
Total	83.943	63.269
Passivo circulante	4.740	10.746
Passivo não circulante	79.203	52.423
Total	83.943	63.169

9.3 Outras Obrigações

		31/12/2019	31/12/2018
(i)	Cobrança e Arrecadações Tributárias	1.089	272
(ii)	Sociais e Estatutárias	615	-
(iii)	Fiscais e Previdenciárias:	3.721	1.624
	IRPJ a recolher	2.176	582
	CSL a recolher	1.238	719
	Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	55	93
	Impostos e contrib. s/salários	54	44
	Outros	198	186
(iv)	Diversas (a)	732	1.561
	Total (i+ii+iii)	6.157	3.457

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Resumo da apuração do IRPJ e CSLL, conforme RIR/99.

Cálculo IRPJ e CSLL		31/12/2019	31/12/2018
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	51.810	37.604
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(45.546)	(34.504)
Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias		6.264	3.100
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		(723)	-
Adições	(+)	2.247	5.847
Exclusões	(-)	-	-
Lucro Antes da Compensação do Prejuízo		7.788	8.947
Crédito Baixado como Prejuízo (2016)		-	(1.574)
Crédito Baixado como Prejuízo (2017)		-	(63)
Saldo Prejuízo Fiscal		-	(1.637)
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		7.788	7.310
I.R.	15%	1.168	1.096
I.R. Adicional	10%	755	707
IRPJ Devido		1.923	1.803
CSLL Devida	15%	1.168	1.462
Lucro (Prejuízo) do Exercício		3.173	(165)

Alíquota de CSLL majorada de 15% para 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018 pela Lei 13.169/2015 alterando o artigo 3º da Lei 7.869/1988.

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 14.021 representado por 9.500.000 (nove milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. No dia 20 de maio de 2019, foi protocolado o processo nº 158467 junto ao Banco Central do Brasil solicitando o aumento de capital da instituição de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$ **16.042.105,26** (dezesseis milhões, quarenta e dois mil e cento e cinco reais e vinte e seis centavos) mediante capitalização em moeda corrente aprovada em 09 de agosto de 2019, ofício 16994/2019 BCB/DEORF/GTSP1, cuja integralização de 50% do total ocorreu no exercício de 2019, com saldo de R\$ **2.021.000,00** a integralizar no primeiro trimestre de 2020.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o Capital Próprio ora declarado, será pago na proporção da participação de cada acionista no capital, fazendo jus a base acionária de 31 de dezembro de 2019. Através da carta Circular nº 3.935 de 25 de fevereiro de 2019, o Banco Central do Brasil alterou a forma de registro e apresentação de juros sobre o Capital Próprio, passando a instituição a registrar as remunerações de capital da forma ajustada no COSIF.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	15.807	11.337
Capital Social	14.021	12.000
Aumento de Capital	2.021	-
(-) Capital a Realizar	(2.021)	-
Reserva de Lucro	1.786	-
Lucro ou (Prejuízo) do exercício	-	(663)

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas de Prestação de Serviços	23.204	11.386

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e comissão na originação de créditos resultantes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa de Água, Energia e Gás	49	45
Despesa de Aluguéis	54	51
Despesa de Comunicação	42	29
Despesa de Manutenção e Conservação	42	6
Despesa de Material	26	11
Despesa de Processamento de Dados	1.262	807
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	62	56
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	589	403
Despesa de Serviços de Terceiros	49	67
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	2	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	2.514	1.196
Despesa de Transporte	1	1
Despesa com Viagens	46	68
Outras Despesas Administrativas	490	356
Despesa de Depreciação	152	149
Total	5.380	3.246

Composto significativamente por despesas com Processamento de Dados devido Locação do Ambiente Nuvens e novos sistemas operacionais, Consultoria Jurídica, Financeira e despesa de Serviço do Sistema Financeiro devido acrescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Outras Despesas Operacionais	10.988	4.958

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

14- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A partir de 1º de outubro de 2013 entrou em vigor a terceira fase do acordo de Basileia com as novas regras que consolidam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII) e editadas pelo Conselho Monetário Nacional em Março de 2013 as Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Conta	Descrição	Saldo
1100	Patrimônio De Referência (PRS5)	15.807
1101	Patrimônio De Referência para o Limite de Basileia (PRS5_LB)	15.807
1102	Patrimônio De Referência para o Limite de Imobilização (PRS5_LI)	15.807
1110.01	Capital Social	14.021
1150	LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)	7.903
1160	VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.958
1310	DISPONIBILIDADES	545
1320	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6.225
1350	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	60.018
1370	OUTROS DIREITOS	11.031
1380	OUTROS VALORES E BENS	4.963
1390	PERMANENTE	2.958
1395	CRÉDITOS A LIBERAR	207
1700	VALOR DO RWARCSIMP (RISCO DE CRÉDITO)	85.948
1800	VALOR DO RWAOSIMP (RISCO OPERACIONAL)	6.406
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	107
1960	VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA	4.945
2000	RWAS5 (ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO)	92.354
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (17%)	15.700
ÍNDICE DE BASILÉIA		17,12%

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA OPTANTES PELO RPS

RESOLUÇÃO 4.606/2017

MÊS/ANO	dezembro-19	
CONTA	NOME DA CONTA	VALOR DA CONTA
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)	15.807
2000	RWAS5	92.354
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	15.700
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	107
ÍNDICE DE BASILÉIA >>		17,12%

(i) Conforme Resolução 4.553/2017 a Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto/2019 a migração de sua segmentação de S4 para S5, passando esta a se enquadrar nas regras das instituições de porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do PIB que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal.

14.2 - DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA - BASILÉIA III

A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (*Risk WeightAsset*) com base no Patrimônio de Referência.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras:

- I. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- II. 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a Sociedade em funcionamento; e
- III. 8,625% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados

capazes de absorver perdas quando do encerramento da Sociedade.

Gerenciamento de risco

A Socinal, enquadrada no segmento S5 (Resolução 4.553/2017) faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído dos acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. A Sociedade, até o presente momento, não tem posições ativas em moeda estrangeira, índice de preços ou taxas flutuantes. Seus ativos de crédito são classificados na carteira bancária e não negociação, a taxas prefixadas e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e

compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal são realizados por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Maria Madalena América Marinho

CONTADORA

Vanessa Pires Antunes
CRC RJ: 086427/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 02 de março de 2020.



Consult Audi Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Silvio Sebastião da Silva
Contador CRCMG 044996/O-4